

**SOBRE OS (DES)LIMITES TERRITORIAIS:
A PRODUÇÃO DA NATUREZA ENQUANTO FUNDAMENTO DAS
DINÂMICAS DE FRONTEIRA**

**ABOUT THE TERRITORIAL (UN)BOUNDARY:
THE NATURE PRODUCTION AS BASIS OF THE BORDER
DYNAMICS**

**À PROPOS DES LIMITES DU TERRITOIRE:
LA PRODUCTION DE LA NATURE COMME FONDATION DE LA
DYNAMIQUE FRONTALIÈRE**

Bruno Ferreira CAMPOS¹

Resumo: A fronteira, do ponto de vista do debate sobre o espaço geográfico, está situada no âmbito do território, enquanto categoria de análise. Apesar desta seara das práticas sociais e do conhecimento aparecer muito mais como uma produção da região de fronteira, ou região fronteira, seus fundamentos e dinâmicas escapam esta perspectiva dominante, muito atrelada ao movimento de construção e (re)afirmação do Estado-Nação. A forte dimensão simbólica e suas mais diversas expressões, inerente aos processos territoriais, contribuem para o desvendamento dos (des)encontros de cosmologias, por vezes intensamente conflituosos. Neste artigo, centrou-se esta discussão no entendimento de que as disputas territoriais e o estabelecimento das fronteiras e seus limites tem seus fundamentos na produção da natureza, sobretudo nos seus usos produtivos. Decorrente disto, o processo de trabalho e seus variados modos de organização será tratado como componente decisivo na produção da natureza nos espaços de fronteira.

Palavras-Chave: Modo de Produção; Processo de trabalho; Natureza; Estado-Nação, Território.

Abstract: The border, from the point of view of the debate on geographical space, is situated within the territory, while analysis category. Despite this field of social practice and knowledge appear much more as a border region production, or boundary region, their foundations and dynamics escape from this dominant perspective, closely linked to the nation-state construction and reaffirmation movement. The strong symbolic dimension and its most diverse expressions, inherent in territorial processes, contribute to the unveiling of the cosmologies mismatches, many times intensely conflicting. In this article, the discussion focused on the understanding that territorial disputes and the establishment of borders and their boundaries, have their foundations in the production of nature, above all in their productive use. Due to this, the work process and its various ways of organization were treated as decisive component in nature production in the border spaces.

Key words: Production mode; Work process; Nature; Nation-state; Territory.

Résumé: La frontière, dans le point de vue du débat sur l'espace géographique, elle est située au portée du territoire, comme catégorie d'analyse. Malgré cette zone des pratiques sociales et du connaissance apparaît très plus comme une production de la région de frontière, ou région frontalière, son fondation et dynamiques s'échappe la forme majoritaire, très proxim au mouvement de construction et reaffirmation de l'Etat-nation. La forte dimension symbolique et ses plus différents expressions, part des processus territoriaux, elle aide dans la révélation de la disparités des cosmologies, parfois en conflit intense. Dans cet article, a commencé à partir de la prémisses au quel les conflits territoriaux et la

¹ Doutor em Geografia, professor substituto no Curso de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Dourados, MS.

délimitation de ton limites a ses'origines de la form diferent de concevoir la nature, surtout dans les ses'utilizacions productives. En raison de ça, le processus de travail et ses plusieurs forms d'organization ils seront abordé comme un atribut decisif dans le production de la nature au l'espace de frontiere.

Mot clefs: Mode de production. Processus de travail. Nature. Etat-nation. Territoire.

Introdução

A relação e o conhecimento obtido pelo homem ante sua presença no mundo físico destacam-se como fatores essenciais à compreensão das sociedades. As relações estabelecidas permanentemente com a terra, a vegetação, os animais, e todos os demais elementos que integram a natureza, produziram um vasto campo de conhecimento, tanto acerca da coisa em si, ou seja, a física dos objetos e suas transformações; quanto do que é produzido na metafísica (idealização para si) desta relação².

Para sobreviverem, os homens, tal como os demais seres, precisam da natureza³. No entanto, o seu uso pelo homem, via processo de trabalho (objetivado e subjetivado), vai atribuindo a forma que melhor atende suas necessidades. Na obra “Para uma Crítica da Economia Política”, Marx (2008) desenvolve um pensamento acerca da centralidade exercida pelo modo de produzir em uma sociedade.

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência. [...] Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. (MARX, 2008, p. 47-48).

Quando Marx (2008) menciona a transformação material das condições econômicas-materiais de produção, diferenciando-as das formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, primeiro ele está dando destaque e sobretudo importância própria à natureza em seu método; e, num segundo momento, ele está explicitando outro ponto fundamental de sua leitura crítica da Economia Política: é a ação dos homens sobre a natureza, condicionada no processo de trabalho, que vai delineando sua consciência, dialeticamente, num verdadeiro metabolismo social.

No início do capítulo V de *O capital*, sobre o processo de trabalho, Marx (1985, p. 149) menciona que:

² Reconhecemos e assumimos neste texto a contribuição decisiva de Immanuel Kant ao pensamento geográfico, uma vez que “a influência que a tradição geográfica incorpora de Kant é aquela que desvencilha seu objeto da superfície terrestre em termos diretos, a fim de passar a vê-la pelo prisma abstraído do conceito de espaço, da ideia formal que passa a aparecer por trás da noção de paisagem, região e da própria relação do homem com a superfície terrestre dentro da qual vive” (MOREIRA, 2006, p. 20). (grifo meu).

³ Nos “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844”, Marx aponta que “O ser humano vive da natureza, significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza”. (MARX, 2004).

Acima de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Ao apontar que o homem regula e controla seu metabolismo social com a natureza, Marx está refletindo sobre o fato do homem fazer-se, se auto moldar, no processo histórico, o que o distingue dos demais corpos materiais. O trabalho, entendido aqui como elemento diferenciador do homem em relação aos demais seres, transforma os objetos da natureza em valores de uso para a sociedade ao mesmo tempo em que cria novas necessidades de uso. “Nesse sentido, pode-se dizer que é a possibilidade de ser trabalhado que transforma um elemento da natureza num recurso natural”, assim afirma Moraes (2004, p. 108).

[...] quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. (MARX, 2008, p. 47-48).

Marx (2008) também oferece, neste sentido, uma outra contribuição muito significativa ao debate sobre a relação entre o homem e a natureza: apesar da importância do elemento material (natureza finita) na geração de riquezas (valor de uso), é o labor do trabalhador, alienado desta matéria, que lhe atribui valor de troca. Deste modo, ele situa o trabalho alienado no centro da lógica de acumulação de riquezas e como fator determinante no uso predatório que se faz desta, desde então.

No entanto, não existe apenas tal forma, alienada e predatória, de se relacionar com os elementos da natureza. Há múltiplas maneiras dos homens, e das respectivas sociedades as quais pertencem, se organizarem e se relacionarem com o meio em que se inserem e, a partir do sensório, por meio de linguagens próprias, produzirem outros discursos acerca do mesmo aspecto⁴. Esta multiplicidade possível encontra-se antecipada por diferentes modos de conceber os elementos da natureza, no sentido dos tipos de uso e, então, as respectivas funções e papéis a estes atribuídos.

O fato de haver, nas sociedades, concepções distintas acerca dos mesmos elementos da natureza, é o que foi contemplado na contribuição à Geografia, e à tradição deste pensamento, ofertada por Immanuel Kant⁵. É esta contribuição que foi destacada acima, neste texto, quando Moreira (2006, p. 20) aponta que, desde então, nas análises desta tradição do conhecimento, se “[...] desvencilha seu objeto da superfície terrestre em termos diretos”.

Decorrente deste novo paradigma, numa utilização muito pragmática, diferentemente dos intentos que ancoravam os esforços filosóficos de Kant, tem havido, desde o limiar do século XIX, um conjunto sistemático de esforços voltados à formulação de políticas

⁴ Para melhor detalhamento acerca das distintas relações possíveis entre homem e natureza, no tempo e no espaço, consultar DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Marx e a natureza em O Capital**. São Paulo: Loyola, 1986. Esta consulta se justifica sobretudo quanto aos excertos em que o autor trata do Período Clássico (concepção mágica e cosmologia grega), do Período Teológico e do Período dos Descobrimentos.

⁵ Immanuel Kant (Königsberg, 22 de abril de 1724 — Königsberg, 12 de fevereiro de 1804) foi um filósofo prussiano. Amplamente considerado como o principal filósofo da era moderna, Kant operou, na epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental (de René Descartes, Baruch Espinoza e Gottfried Wilhelm Leibniz, onde impera a forma de raciocínio dedutivo), e a tradição empírica inglesa (de David Hume, John Locke, ou George Berkeley, que valoriza a indução).

tipicamente territoriais. Estas medidas estavam vinculadas diretamente ao movimento de constituição dos Estados nacionais. Ou seja, como parte dos desdobramentos deste novo entendimento, assistiu-se o pragmatismo político que catalisou um profícuo casamento entre a Geografia e a política oficial dos Estados de tipo nacional em formação.

Este movimento se deu primeiro como resultado da demanda que emanava dos grupos comerciais e se desdobrou na criação de Sociedades de Geografia.

Estas Sociedades respondem por uma intensa atividade em que se inclui o financiamento de viagens e divulgação de pesquisa de naturalistas em suas excursões pelo mundo, às vezes com recursos próprios, realização de eventos em que viajantes e naturalistas apresentam, debatem e tornam públicos seus conhecimentos, publicação de revistas através das quais esses conhecimentos se disseminam além-fronteiras, congregando os homens de ciência e cumprindo o papel de estimular as atividades que vão originar muitas das descobertas científicas que vão ser uma característica do século XIX. À exceção das sociedades russas de geografia, financiada pelo Estado, em sua generalidade essas Sociedades vivem das cotas de seus associados, dentre eles comerciantes interessados nas possibilidades de ampliação de mercado que possam vir das descobertas geográficas e os próprios viajantes e naturalistas interessados em ter onde intercambiar suas idéias. (MOREIRA, 2009, p. 8).

Em seguida, houve uma modificação neste processo destacado por Moreira (2009), ou seja, “[...]uma passagem à segunda fase, quando muitas delas vão se desdobrar em Sociedades de Geografia Comercial, quando não se criam internamente comissões destinadas a esse fim, inaugurando o período de forte vínculo com o projeto colonialista dos respectivos Estados nacionais”. (MOREIRA, 2009, p. 8). A questão que surge, de modo marcante desde então, é a “necessidade”⁶ de se geografizar a política. Tal “necessidade” não consiste em nenhuma novidade, uma vez que estamos aqui lidando com um mundo historicamente marcado por inúmeras e intensas disputas, que se dão no espaço geográfico.

No entanto, neste período histórico em questão, tal demanda fora estabelecida com um grau de importância, e sobretudo de sistematização⁷, muito singular. Singularidade esta que somente tem seus sentidos apreendidos sob a abstração e caracterização dos intentos de seus respectivos agentes políticos e interesses por estes representados. Estes devem ser considerados, obviamente, dentro do contexto da constituição dos Estados nacionais. Havia ali um tipo de uso muito específico, atribuído aos elementos da natureza que se encontravam dispersos num conjunto diverso de áreas. Este interesse tem sua singularidade decorrente da

⁶ O termo necessidade foi posto entre aspas justamente pelo entendimento de que as necessidades são sempre relativas à medida dos múltiplos interesses passíveis de serem despertados na relação das sociedades com os elementos da natureza. Tais diferenças levam, necessariamente, a um conjunto de conflitos entre os diversos grupos societários dispostos diante dos elementos da natureza que a Terra os confere. Isto é a caracterização mais elementar da ideia de Poder, que abrange todas as relações sociais e que está atravessando as mais variadas nuances desta discussão aqui presente.

⁷ Ao lado de uma ideia de contribuição da “geografia pura”, que atribuía destaque a questão dos limites naturais de um território, coisa muito típica do contexto alemão da época, corria também uma tendência de uma geografia política-estatística, signatária da geografia do fundador desta disciplina, Estrabão (63 a.C. ou 64 a.C. — ca. 24). “A geografia política-estatística define o papel da geografia como sendo o de montagem de um painel o mais amplo e sistemático possível de conjuntura e demarcação territorial tendo em vista daí extrair os meios que atendam às necessidades da administração estatal”. (MOREIRA, 2009, p. 10).

ampla demanda de (re)produção econômico-material das burguesias europeias, em fase de consolidação no referido período.

O que justifica a intensificação do esforço em torno da geografização da política, no entanto, é o fato de, em muitas das vezes, tais áreas de interesse estarem sujeitas ao estabelecimento de relações, entre as pessoas e o solo, sustentadas por espíritos outros que não os nacionais. Foi em razão disso que Friedrich Ratzel (1844-1904), imerso no contexto alemão de “[...] atraso perante os níveis mais avançados da Inglaterra e França e a solução do problema doméstico de unificação de um território fortemente fragmentado” (MOREIRA, 2009, p. 10), teceu toda uma análise e reflexão acerca da intrínseca relação entre o solo, a sociedade e o Estado. Para este, que é um dos responsáveis pela consolidação do método geográfico em sua acepção moderna, é no vínculo com a Terra, tipos, formas, instituições que o intermediam, que se deve agir para fortalecer o poder do Estado, ao estabelecer, em contraposição, justamente o ditame de outro tipo de vínculo, garantindo assim uma racionalização que seja ao seu favor.

Com base nestas características tão representativas da constituição dos Estados-Nação europeus, mas não preso somente a estes, uma vez que neste texto faremos alusão ao caso brasileiro, o que se percebe, desde então, é que a força de se fazer territorialmente, existente também no múltiplo, deve ser colocada sempre à mira do enfrentamento nacionalista. Seja este fazer-se territorialmente relativo ao âmbito de famílias, seja por parte de tribos ou condados, não importa a tipologia do grupo social. O enfrentamento deste caráter múltiplo é encarado como decisivo para o sucesso ou o marcante fracasso do ímpeto típico das configurações territoriais nacionalistas. Devido à dissonância que emana de tais grupos, frente ao espírito que interessa ao nacionalismo, os mesmos podem vir a se tornar um fator transformador, talvez incontável. Deste modo, em razão justamente disto, passam a serem tidos por perigosos. Há de enfrentá-los até sua eliminação ou, no mínimo, até a transfiguração dos seus sentidos de uso simbólico-identitário do espaço, em nome dos interesses nacionais, sempre tido como “maiores”.

Diante da característica desta demanda, o controle político não se resolve somente a partir de instâncias como a ideologia, a comunicação, a ciência, a religião ou leis. É preciso voltar-se também, e de modo centralmente estratégico, ao controle do espaço. Somente assim revela-se muito da importância atribuída à criação de uma “instância” própria a este controle: o modelo territorial do Estado-nação. Este, por sua vez, encontra-se amparado ideologicamente - no sentido da difusão e convalidação do uno entre os múltiplos - a partir da ideia de identidade nacional.

A questão que este artigo traz para discussão, no entanto, vai ao encontro do fato de que, mesmo ante a todo esforço despendido pelas políticas territoriais dos Estados nacionais, o controle efetivo e ou a convergência a objetivos unívocos estarão sempre limitados pelas distintas filosofias da natureza presente nos diversos grupos sociais envoltos pelo objeto nacionalista. Os mapas, aqui entendidos no sentido da mobilização do seu uso enquanto técnica de dominação e controle, foram tratados, literal e metaforicamente, como um dos meios pelos quais se pode confrontar os (des)limites territoriais.

Produção e Espaço: o processo de trabalho e sua centralidade no uso da natureza

Como já mencionado no item anterior, a relação entre o ser humano e a natureza é definida pelas múltiplas possibilidades de produção vigentes historicamente na sociedade, podendo então sofrer transformações ao longo de seu curso. A transformação na relação e uso da natureza imprimida pela sociedade ocidental, sobretudo a partir do século XVII, com a

chamada Revolução Mecanicista, passou a ser replicada em outras sociedades. Ao tratar a História e Natureza como base da Geografia no seu livro “O que é Geografia”, Moreira (1981) afirma:

Diz Marx que desde o aparecimento do homem na face da Terra história dos homens e história da natureza confundem-se e se fundem um só e mesmo plano. Em cada modo de produção este plano abstrato (abstrato porque genérico) ganhará sua expressão concreta, como a que estamos vendo para o modo de produção capitalista. **Pode-se toda via, tomar a demarcação onde ela está mais nítida e profunda: entre os modos pré-capitalistas (“sociedades naturais”) e modo capitalista (“sociedades históricas”). Homem e natureza forma uma unidade orgânica, uma identidade, nas “sociedades naturais”, e entes distintos e separados organicamente nas “sociedades históricas”,** para usarmos as expressões do grande livro de Massimo Quaini, *Marxismo e Geografia* (MOREIRA, 1981, p. 74). (grifo meu).

Foi justamente a subordinação da primeira (sociedades naturais) pela segunda (sociedades históricas) que se deu com a conquista da América, Ásia e África no advento da modernidade. Apesar de dotadas de filosofias específicas da natureza, é o modo de produzir que consiste no cerne de ambas, o que de algum modo está imbricado à sua especificidade cosmológica. Em Marx temos a ideia de uma Natureza Histórica, onde somos impelidos a buscar conhecer a História da Natureza. O núcleo de estudo da natureza, sob esta perspectiva, centra-se no “[...] processo de trabalho abstraído das determinações históricas particulares, no qual a natureza figura como fonte de meios e objetos de trabalho e como parte da própria atividade do trabalhador”. (MORAES, 2004).

De acordo com Moreira (1981, p. 73) “[...] como a produção pressupõe homens e natureza, a transformação da força de trabalho em mercadoria repete-se com a natureza então”. Tendo somente um ou o outro não haveria a possibilidade de se (re)produzir a mercadoria. Isto só se torna possível pela subordinação do uso, ou seja, acesso aos elementos da natureza, pelo mecanismo do consumo. “A produção de mercadorias é o veículo da produção da mais-valia, a sua realização (compra-venda) é o veículo da transformação da mais-valia em lucro, que será reinjetado em nova produção de mercadorias”. (MOREIRA, 1981, p. 73).

Com o avanço da moderna sociedade ocidental capitalista sobre as ditas sociedades naturais, este mesmo processo destacado por Moreira (1981), e também por Moraes (2004), passa a se fazer presente e atuante. Configura-se, então, um Mundo da Mercadoria, um conjunto de condições materiais objetivas, e de relações no âmbito da subjetividade, que adquirem este *status*, pois foram transformados em produto das relações capitalistas. Ainda de acordo com o geógrafo brasileiro Ruy Moreira (1981):

No capitalismo o processo do trabalho define-se a partir do modo com os homens configuram entre si as forças produtivas, e os homens a partir dessa configuração. Uma parte dos homens somente possui sua própria força de trabalho (o proletariado) e a outra parte possui o conjunto das condições materiais do trabalho (a burguesia). Esta clivagem dos homens a partir de dentro das forças produtivas determina um processo de trabalho entre desiguais a favor dos detentores dos meios de produção. [...] Em outros termos, o capital necessita operar radical separação entre o trabalhador e a natureza, desfazer violentamente seus vínculos orgânicos com a natureza. (MOREIRA, 1981, p. 71-73).

O processo desta dita separação remonta o conjunto de transformações ocorridas historicamente na forma com que as sociedades se relacionam com a natureza, com destaque à sociedade ocidental. Interessa-nos, deste ponto em diante, discutir como as mudanças imprimidas pela forma ocidental de se relacionar com a natureza, implicam, necessariamente, em uma modificação territorial, ao passo que se tem uma brusca tendência de consumo da natureza em sua globalidade, dado o avanço europeu primeiramente sobre a América e posteriormente sobre Ásia e África.

O papel da técnica e da política na (re)conformação territorial

Num primeiro momento, cabe diferenciar a Terra, corpo celeste no qual os homens habitam em sua superfície, da Natureza, no sentido mais amplo com que tem procurado tratá-la neste artigo⁸. “A Terra em si é uma manifestação da natureza, que se objetiva, porém, em uma totalidade, ou seja, está submetida a uma lógica própria de ordenamento, a ordem telúrica (processos naturais da paisagem terrestre)”. (MORAES, 2004, p. 104).

Ainda de acordo com Moraes (2004), a Terra, no caso, sua superfície, é:

[...] condição universal do trabalho humano, na medida em que este se exercita em algum lugar (localização – topos) e sobre os materiais pré-existentes do mesmo, isto é, os objetos oferecidos pelo meio ambiente. Toda e qualquer produção tem, portanto, uma base material natural, que precede a qualquer interferência de origem social. (MORAES, 2004, p. 104).

A ideia de inserção do homem no meio apenas atribui um aspecto “de fora para dentro”, como se este não fosse parte da natureza, passando a encará-la como objeto-outro (concepção consolidada na revolução mecanicista século XVII), e atribuir, permanentemente, especificidades de uso aos objetos da natureza, mais precisamente sobre seus entes orgânicos e inorgânicos. O Ser Social diferencia-se, então, destes demais entes, de tal modo que o espaço mais natural possível, a princípio, é determinado e construído por uma dinâmica social⁹.

Ou seja, a aparência dos produtos não revela, de imediato, sua essência. É preciso compreender como se dá, nas diversas sociedades, a dinâmica social que estabelece as relações do modo de produção. E, considerando o processo de globalização da natureza¹⁰ (Figura 1) em curso, é crucial compreender a Divisão Internacional do Trabalho enquanto forma radicalizada de atribuir especificidades aos usos, no caso consumo, dos objetos da natureza e da relação de mercadoria para com a sociedade, com base nas relações de trabalho ou escravo ou assalariado. Deste modo, vai se constituindo espaços globais da produção, ditados por um componente econômico-material com tendência à homogeneização, que se

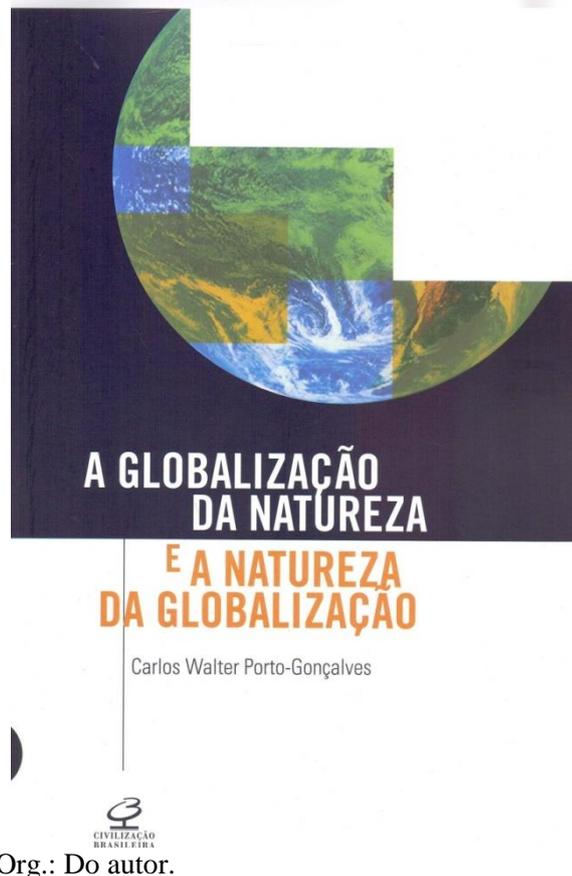
⁸ Estamos partindo do entendimento, de que se faz necessário retomarmos a reflexão-ação sobre o sentido filosófico da relação entre o Homem e a Natureza, para não recorrermos, como que numa nova unilateralidade de soluções, capitaneada pela lógica a ocidental, para superação dos problemas existentes hodiernamente via, necessariamente, o uso dos conceitos e técnicas por ela oferecida. O corpo retórico e técnico que se formou durante quase todo o século XX, diante dos ditos problemas ambientais, transformou a natureza em meio ambiente que se “desprende” do homem. Este movimento, do próprio capital, não tem se mostrado disposto ao resgate, por parte dos povos, da sua identidade territorial perdida no processo histórico, e na relação disto com os ditos problemas ambientais.

⁹ “Assim não devemos confundir a noção de espaço geográfico com a de lugar onde se manifesta a paisagem, pois esta tem sentido menos amplo que aquela”. (PEREIRA e cols., 1998, p. 5).

¹⁰ Para maior aprofundamento consultar PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a natureza da Globalização**. 2006.

sobrepõe e ou faz frente ao simbólico-cultural advindo do lugar, para, em contrapartida, forjar, a partir destes, outros elementos simbólicos-culturais inerentes à territorialização de tipo capitalista.

Figura 1- Detalhe para a capa da obra, em que a natureza da Terra é “esquadrinhada” em sua globalidade.



Em cada uma das sociedades existem necessidades específicas. Necessidades específicas geram tipos de trabalho específico, em organizações espaciais particulares e adequadas a estas necessidades, *sejam elas do estômago ou da fantasia*. O que Marx vai dizer na sua análise crítica da Economia Política, acerca da especificidade dada aos objetos da natureza, é justamente para atermos à sua conversão em produto pelo consumo. As diferenças entre os espaços geográficos que as sociedades construíram em processos autônomos, a indígena e a industrial, por exemplo, vão se diluindo na medida em que avança esse processo de generalização da *Mercadoria*.

Pereira e cols. (1988) propõe em “Geografia Ciência do Espaço: O espaço brasileiro”, para fins metodológicos e de estudo, a distinção **entre três elementos do espaço: a produção, a circulação e as ideias**. Esta mesma composição (*produção, circulação e ideias*) cabe às duas sociedades autônomas descritas acima, a indígena e a industrial europeia, que localmente, vai se firmar por três séculos como a colonial luso-brasileira. “No Brasil, vários espaços geográficos se sucederam, pois foram várias as dinâmicas sociais que se desenvolveram. Em cada momento dessa história, diferentes foram as maneiras de combinar aqueles elementos da produção, da circulação e das ideias”. (PEREIRA e cols., 1988, p. 5).

Os autores dividem geograficamente a história do Brasil em **três dinâmicas espaciais distintas: o espaço dos índios; o espaço colonial** (portugueses e espanhóis) e o *espaço*

brasileiro (a manutenção dos conflitos). “Como são distintos os espaços geográficos que num mesmo local se desenvolveram[...]” (PEREIRA e cols., 1988, p. 10), os elementos da natureza, dotados das mesmas características em termos de dinâmica física - uma vez que consistem num dado *a priori* - foram apreendidos de modos distintos, justamente por serem submetidos ao uso por dinâmicas sociais outras. No caso das sociedades indígenas, de modo mais específico o espaço constituído pelos Tupis, para fins de exemplificação, a superfície do território era utilizada para:

[...] uma pequena plantação de milho, umas poucas casas coletivas, armas e ferramentas bem simples e algumas picadas (caminhos), no caso das sociedades indígenas, dão conta das necessidades de sobrevivência de seus integrantes. E os rituais religiosos – **traduzindo a mágica relação estabelecida com a natureza** -, associados à liderança exercida pelos pajés, garantem a unidade e a identidade da tribo. (PEREIRA e cols., 1988, p. 5). (grifo meu).

Esta mesma superfície terrestre, submetida a tais usos por milhares de anos, tornou-se, com a conquista colonial, “[...] aquilo que hoje chamamos de Brasil, um país facilmente identificável e por todos conhecido”. (Figura 2). (PEREIRA e cols., 1988).

Figura 2 - Divisão regional do IBGE



Fonte: http://www.lago.com.br/acervo/atlas_01.htm. Org.: Do autor.

A técnica da delimitação cartográfica muito ajudou na consolidação e na convalidação disto no imaginário coletivo. “Em qualquer mapa-múndi, os **seus mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e os contornos de suas fronteiras são bastante visíveis[...]**”. (PEREIRA e cols., 1988, p. 7). (grifo meu).

No entanto:

A identidade territorial que o Brasil apresenta hoje consolida uma **identidade política** que o país passou a ter desde 1822, ano em que foi decretada sua independência. Na verdade, só podemos pensar no Brasil

como país a partir desse período, pois é a partir daí que um Estado politicamente independente passa a administrar um território não mais português, mas brasileiro e cujos contornos já eram muito semelhantes aos de agora. (PEREIRA e cols., 1988, p. 7). (grifo meu).

O problema de reduzir a identidade territorial ao ímpeto de construção e consolidação de uma identidade política é que esta segunda, no fim e na maioria das vezes, termina por constituir uma identidade sem o “lastro” cultural que de fato dá sentido total a sociedade dos (des)limites em questão. É preciso refletir, por exemplo, sobre as lacunas que existem no discurso de construção da identidade nacional brasileira, sempre associada a um limite e que, em razão disto, revela-se, em última instância, eminentemente limitante, limitada.

Chauí (2001, p. 18), em sua obra “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária”, ao tratar da constituição da ideia de nacionalidade brasileira, aponta que “[...] território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes **foram os elementos principais do ‘caráter nacional’, entendido como disposição natural** de um povo e sua expressão cultural”. (grifo meu). Estes elementos, uma vez articulados a uma finalidade política de constituição e controle da ideia de nacionalidade, encontram-se, necessariamente, esvaziados historicamente, de acordo com a autora¹¹. Sendo esvaziados historicamente, encontram-se sob a ausência de signos e símbolos das práticas sociais mais múltiplas possíveis, em sentido lato, da diversidade social de fato do país, e de como estas se conformam na realidade e ou têm suas práticas e representações delineadas.

O aspecto político, da finalidade eminentemente política por parte do Estado-Nação, não contempla as sociedades que por muito tempo disputaram e ainda disputam territorialmente o espaço de fronteira, por exemplo. A questão é que esta identidade política, provavelmente, esgota-se, ou pode ser facilmente questionada, quando avançamos para o campo da cultura e da identidade. Neste sentido da discussão sobre identidade, e sua relação com o território e deste modo também com a fronteira, Ferraz e Pinheiro (2009), no artigo intitulado “O dom nacional: diálogo em torno da identidade nacional”, tecido com base na literatura de Machado de Assis *Dom Casmurro*, apontam, ante o contexto do século XIX, que:

O que temos aí, a partir da crítica da literatura brasileira feita por Machado, é que nada existe de exato e em definitivo a definir o sentido absoluto dessa identidade nacional. **Os limites político-administrativos estabelecidas pelas fronteiras, assim como a língua, as singularidades da flora e fauna etc. são elementos que influenciam no sentido de se construir um sentido de nacionalidade, mas esta nunca está pronta e acabada.** Esse aspecto de identificação com o local é mais um instinto, é um “sentimento íntimo” cuja imaginação é o fator determinante para expressar algo nosso no contexto do

¹¹“Insistimos na expressão *mito fundador* porque diferenciamos *fundação* e *formação*. Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa palavra, o registro da *formação* é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias). Diferentemente da formação, a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar”. (CHAUÍ, 2001, p. 6).

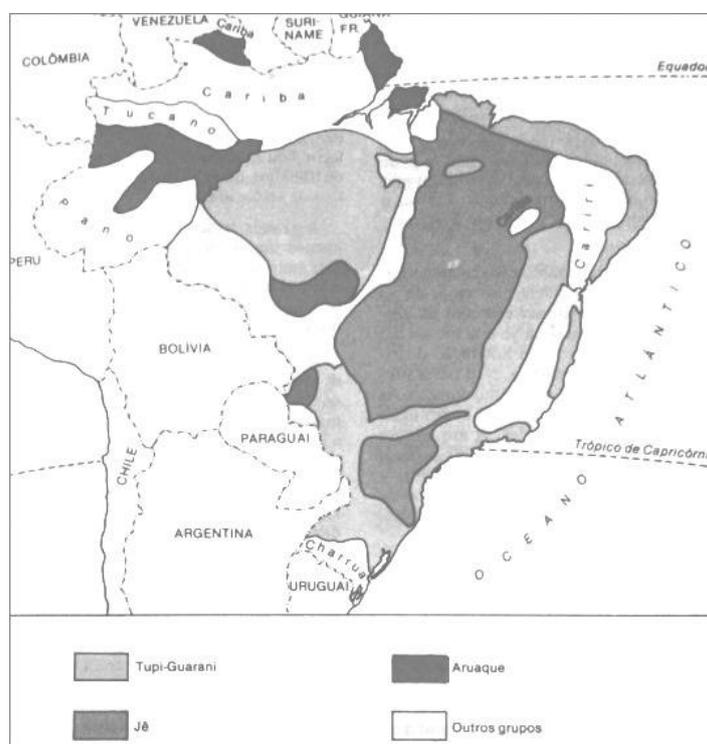
espaço que o transcende. (FERRAZ e PINHEIRO, 2009, p. 65, 66). (grifo meu).

A identidade territorial, como bem destaca Ferraz e Pinheiro (2009), abarca um conjunto maior de elementos, que decorrem, dentre outros fatores, sobretudo da complexidade sócio histórica da formação dos territórios nacionais na América do Sul.

[...] embora o país Brasil tenha começado a nascer no século XIX, não foi então que sua histórica se iniciou. E nem a partir do século XVI, no mesmo local onde se desenvolveu uma colônia de Portugal que teve, dentre outros nomes, também o de Brasil, várias sociedades já haviam desenvolvido suas dinâmicas particulares, produzindo espaços geográficos específicos, dos quais ainda hoje encontramos testemunhos vivos, como as várias tribos que resistem espalhadas por algumas regiões do país, principalmente no norte.[...] esse enorme contingente de pessoas agrupavam-se em várias nações de dinâmicas sociais distintas, conferindo ao continente, como sintoma da convivência de vários espaços geográficos que aqui já se constituíram, uma multiplicidade de paisagens diferenciadas. (PEREIRA e cols., 1988, p. 7)

Se desenhássemos, no século XXI, os contornos de fronteira do Brasil sobre o continente americano, no momento da ocupação europeia, teríamos aproximadamente a distribuição de três grandes comunidades indígenas: Tupi-Guarani, Je e Aruaque (Figura 3).

Figura 3 - Distribuição de três grandes comunidades indígenas, Tupi-Guarani, Je e Aruaque



Fonte: Hervé Théry, Brasil, Brézil, Paris, Fayard/Reclus, 1986, p.12. In: PEREIRA e cols. (1988). Org.: Do autor.

Os índios Tupi consistiam no grupo majoritário, e junto aos Je, “[...] constituíam um espaço geográfico que poderíamos considerar predominante na época”. (PEREIRA e cols.,

1988, p. 12), onde a “[...] a vida da maioria desses grupos consistia na produção agrícola de uma grande variedade de plantas, com destaque para a mandioca, além de uma certa dedicação à caça e à coleta. Eram sociedades principalmente agrícolas de modo geral”. (PEREIRA e cols., 1988, p. 12). Podemos dizer então que, apesar de manter atividade de caça e coleta, nestas sociedades já havia produção. A seleção de vegetais, tidos pelos indígenas como apropriados à alimentação, e sua manipulação pelo trabalho e conhecimentos técnicos passaram a configurar uma utilização de algum modo sistemática e, então, ao mesmo tempo, uma produção da sua própria subsistência. “No dia-a-dia cada um sabia aquilo que devia fazer. Ninguém dominava, ninguém era dominado. Não havia diferenças sociais. Não havia propriedade privada da terra. As roças eram espaço do grupo (aldeia)”. (PEREIRA e cols., 1988, p. 12).

[...] a maior parte dessas comunidades, além de autônomas politicamente, eram suficientes em termos de sobrevivência. Portanto não teria sentido falar em circulação de pessoas ou de objetos na forma como a concebemos hoje. (...) Mesmo os grupos nômades, que em menor número existiam perto da costa do Atlântico ou em regiões do Paraguai e do Amazonas, não circulavam segundo caminhos pré-determinados, que configurassem uma geometria visível, passível de mapeamento. [...] O cotidiano indígena era comunitário, sem sofisticções ou complexidades, torna-se visível através de uma geometria espacial razoavelmente simples e desenhada pela disposição das aldeias. [...] mas quando se pretende descreve a geometria de uma aldeia indígena, não se pode deixar de ressaltar o espaço interno das malocas, cujo arranjo e organização é talvez o que mais fielmente revela o modo de vida indígena. As malocas era habitações coletivas onde, dependendo da aldeia, moravam de algumas dezenas a centenas de pessoas. No centro instalava-se o chefe da cabana, e pelo perímetro da habitação distribuam-se núcleos familiares. Não havia subdivisões internas fixas, tais como paredes. As famílias com suas redes e esteiras constituíam elas próprias as subdivisões. A arquitetura era um retrato da comunhão índio-natureza: o teto, de palha e bastante alto, garantia a passagem permanente da brisa. (PEREIRA e cols., 1988, p. 12).

No entanto, o poder de estabelecer fronteiras, delimitar os limites e, respectivamente, seus conteúdos, reverbera socialmente. Quando os colonizadores, espanhóis e portugueses, encontraram os indígenas, entraram em conflito filosofias distintas da natureza: de um lado a constituída pelo indígena no seio de uma relação mágica com a natureza e de outro uma filosofia que está fundada num regime de acumulação capitalista que se realiza calcado no uso cindido e, portanto, predatório da natureza e do trabalho humano. Para os colonizadores praticarem este modo de se relacionar com a natureza e com os outros grupos sociais, no entanto, foi preciso “[...] a eliminação do obstáculo representado pelo domínio indígena do território”. (PEREIRA e cols., 1988, p. 15).

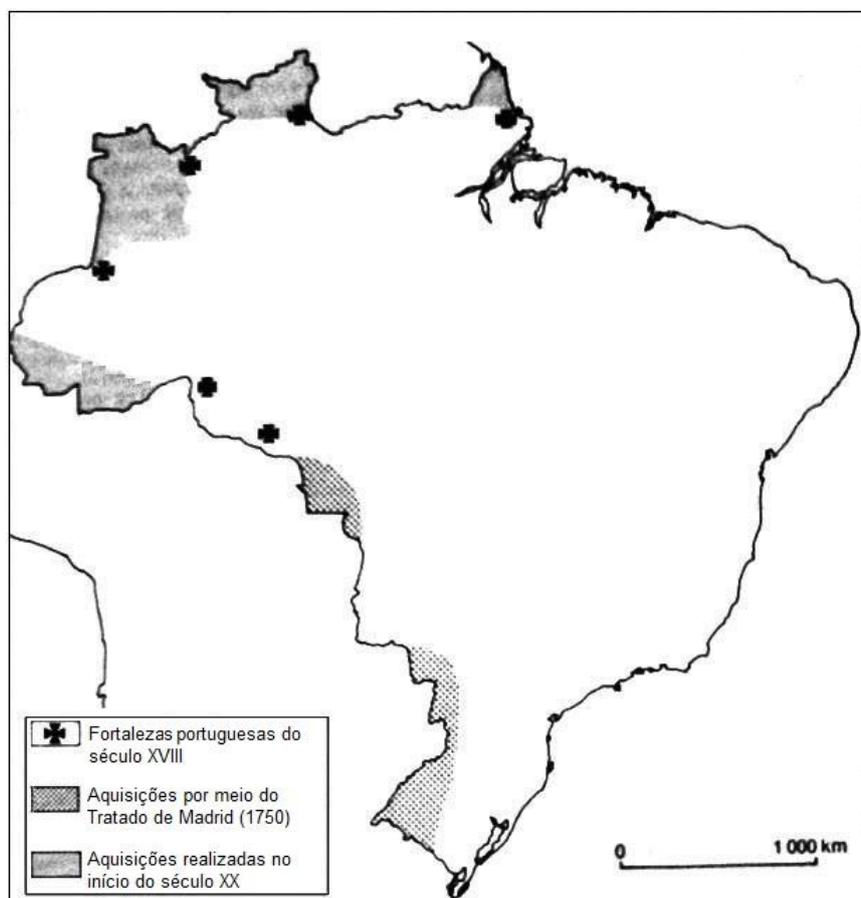
Como vimos, esse território já era bastante ocupado. Além disso, a terra, que para o índio constituía apenas um meio de sobrevivência e um local sagrado, para o capital mercantil tornava-se propriedade privada, que é a principal base para a produção de mercadorias. Matar o índio, e mesmo escravizá-lo ou destruí-lo, significaria a morte ou enfraquecimento, respectivamente, de um modo específico de se produzir natureza¹². Seria o predomínio do uso

¹² Estamos tratando a produção da sobrevivência no âmbito deste sentido mais amplo da produção da natureza. Sendo o homem, vegetais e animais, elementos da natureza, sua utilização permanente significa também sua

da natureza externa sobre o uso da natureza interna, garantindo assim “a destruição do modo de produção nativo e o espaço geográfico a ele correspondente. (PEREIRA e cols., 1985, p. 15)

A hegemonia do espaço métrico, que não reconhece, tão menos respeita, os limites territoriais revestidos da identidade simbólica, tão característica nas sociedades indígenas, ficou evidente conforme o espaço colonial foi tomando o lugar do espaço tupi, até o ápice da consolidação dos limites territoriais nacionais quando da passagem do século XIX para o século XX, já no período histórico que na historiografia ficou consolidado como Brasil República (Figura 4).

Figura 4 – Brasil (XIX- XX) Situação dos limites fronteiriços interiores



Fonte: Hervé Théry, Brasil, Brésil, Paris, Fayard/Reclus, 1986, p. 12. In: PEREIRA e cols. (1988). Org: Do autor.

São estes últimos locais (Figura 4), integrados ao objeto nacional quando da passagem do século XIX para o século XX que serão trazidos, neste último subtítulo a título de exemplo e meio para o exercício reflexivo acerca dos (des)limites territoriais.

Os limites político-administrativos do território nacional

(re)produção. O elemento determinante, no entanto, que vai diferenciar sociedades e espaços geográficos, são as especificidades de usos, com sentidos objetivos e ou subjetivos, atribuídos aos objetos da natureza.

O termo limites neste subtópico está sendo utilizado, justamente, em razão do sentido ambíguo que este possui e provoca, ou seja, acerca do ato de delimitar e, ao mesmo tempo, das limitações existentes no mesmo. Claude Raffestin, prefaciando a obra de Tito de M. de Oliveira, “Território sem Limites”, escreve sobre “A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira”. Neste texto, o autor aponta que “a representação que a cultura ocidental faz atualmente da fronteira é de uma pobreza absoluta, que precisa ser alertada, pois ela é a negação de toda uma história [...] uma história mais enraizada nos antigos ritos e práticas”. (RAFFESTIN, 2005, p. 10).

O território resulta e condiciona a experiência sensível pensada e ordenada. A fronteira, como parte desta constelação, consiste, antes de tudo, num fato simbólico. “A fronteira vai muito além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso [...] mas também um fato social de uma riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas”. (RAFFESTIN, 2005, p. 10). O estabelecimento de limites é o ato fundador de uma determinada ordem social-simbólica que se manifesta, por vezes, materializada, mas que certamente sempre produzirá signos e símbolos *no* e a partir *do* espaço. Ou seja, sua origem situa-se no *topos*, na escala do ecúmeno, do habitável.

[...] quando até mesmo o limite materializado é revestido de importância, na medida em que ele assume além de um traço sobre o solo a presença da ordem, sua manifestação, de alguma forma, para o outro, é muito marcante, já que resulta de um rito, de um costume. (RAFFESTIN, 2005, p. 10-11).

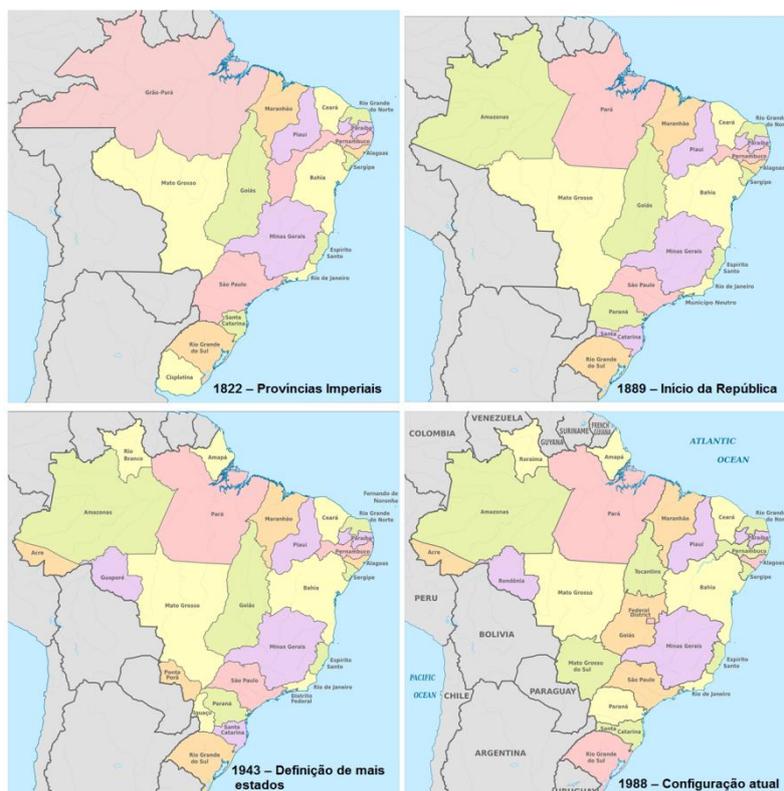
Raffestin (2005) menciona a fronteira vista como saliência por René Thom: “Eu chamaria de forma saliente toda a forma vivida que se separa nitidamente do fundo contínuo sobre o qual se destaca” (2005, p. 11), assim afirma o autor. De acordo com Raffestin, ainda para Thom, “[...] a saliência tem o papel de uma ‘ruptura’ do real por onde percola o **fluido invasor do espírito com o sentido implícito**” (grifo meu), que se propaga de duas formas: “propagação por vizinhança” e “propagação por similaridade”. (RAFFESTIN, 2005, p. 11).

O pano de fundo, ao qual Thom atribui destaque em seu entendimento de fronteira, é a natureza dotada de experiência sensível pensada. Não apenas pensada, como também, e sobretudo, ordenada numa territorialidade, muitas das vezes imbuída de um caráter mágico. Este caráter mágico tem sido alvo de um processo de dessacralização do espaço, num esforço notável sobretudo do século XVII em diante. Desde então:

Condicionada, entre outras, pela representação cartográfica, a representação da fronteira é carimbada pelo selo de um esquematismo, capa de permitir a perda das noções mais aderentes à nossa cultura e no lado mais essencial e de seu profundo significado. [...] A perda do sentido profundo a respeito do limite ou de fronteira em toda sua complexidade resulta da recorrência a um modelo fortemente solicitado pelo poder público, que é o mapa. (RAFFESTIN, 2005, p. 12).

O estabelecimento das fronteiras político-administrativas do Brasil, por exemplo, reverbera até hoje numa série de conflitos com outros limites dos Estados-Nação vizinhos (Figura 5), mas também, e sobretudo, com os limites da fronteira estabelecida pelo *outro*. E tudo isto, muito independente, é verdade, do sentimento de pertencimento à determinada nacionalidade. Encontra-se sim ligado ao esforço permanente que é mantido em torno da manutenção e reprodução da alteridade.

Figura 5 – Esquema de evolução dos limites político-administrativos do objeto nacional



Fonte: <https://www.estudopratico.com.br/mapa-brasil-regioes-estados-capitais/>. Org.: Do autor.

Mesmo porque, como bem evidencia este conjunto de imagens representativas das delimitações político-administrativas no decorrer dos séculos XIX e XX (Figura 5), estas disputas, material e simbolicamente, em torno da fronteira, ainda estão passíveis de sofrerem mudanças significativas neste estabelecimento. O território do Paraguai, por exemplo, até a Guerra contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai – 1864-1870), aparecia nas representações cartográficas da nação guarani com seus limites avançados até onde hoje constitui-se o molde territorial do estado de Mato Grosso do Sul (Figura 5). Dado o conteúdo tipicamente fronteiriço desta porção territorial, tais limites foram novamente submetidos a transformações pela Comissão Especial da Faixa de Fronteira – CEFF, durante a vigência Estado Novo, sob o comando do presidente Getúlio Vargas, na década de 1940 (Figura 5).

O Brasil assumiu a sua forma territorial atual no começo do século XX, quando foram tomadas do Peru e da Bolívia as terras que hoje compõe o Estado do Acre. [...] Outras áreas em litígio, como a Argentina (a oeste de Santa Catarina) e com a Inglaterra (norte da Amazônia), incorporaram-se ao Brasil através das gestões diplomáticas conduzidas principalmente pelo Barão do Rio Branco. Assim, em aproximadamente um século (do início do século XIX ao início do XX) o Brasil configurou-se como país que adquiriu, além de uma identidade política, uma identidade territorial que ainda perdura. (PEREIRA e cols., 1988, p. 7).

Acompanhando esta disputa que se expressa, cartograficamente, no estabelecimento de limites fronteiriços, deu-se também o movimento de constituição do trabalho livre no Brasil, um ano antes da instauração da república em 1889. Houve, desde ali, a incorporação lenta e sempre parcial da população negra escravizada e de seus descendentes, substanciais

contribuintes na formação populacional brasileira. Embora o Brasil tenha aderido¹³ o movimento abolicionista, mesmo que bem tardiamente, sendo o último a fazê-lo no fim século XIX, prevaleceu a mentalidade autoritária¹⁴, essência de sua fundação e funcionamento nos três séculos coloniais anteriores. Foram os herdeiros dos primeiros europeus e do conjunto forjado enquanto elite brasileira, que estiveram à frente do processo de consolidação do Brasil enquanto Estado-Nação no século XIX. Em razão disto, lançaram mão do expediente científico da época, como o da Antropologia, constituída naquele momento, muito à serviço dos Estados, para produzir o tipo ideal de brasileiro.

Este deveria ser branco, com afeição ao trabalho assalariado, ou branco para poder ter terras¹⁵. Ou seja, com a abolição não se buscou inserir o negro, e o indígena, o caboclo, o mestiço. Pelo contrário, buscou-se criar um tipo ideal do qual este estava automaticamente excluído. Decorre daí a grande leva de migrantes europeus, brancos, que vieram para o Brasil na passagem do século XIX para o século XX, por meio de promoção política do Estado¹⁶. Isto se deu no sentido de estes trazerem e influenciarem na formação do tipo ideal de brasileiro nesta “nova fase” do país. Então, junto ao negro antes escravizados e agora “livres”, foi dispensado tratamento similar a todo o conjunto múltiplo constituído por índios, mestiços e caboclos, que, ante os propósitos de modernização ocidental do país, eram vistos como “[...] pobres, caboclos, caipiras, doentes, mestiços, preguiçosos e bêbados”. (NAXARA, 1998).

Diante dessas representações negativas sobre a capacidade dos nativos, o Estado brasileiro desenvolveu uma política direcionada para a atração de imigrantes europeus. **Os motivos principais dessa política oficial eram a necessidade do branqueamento da raça, a substituição da mão de obra escrava nos cafezais, o povoamento de áreas pouco habitadas nas regiões próximas às fronteiras e o desenvolvimento de uma moral do trabalho.** Os europeus, principalmente italianos, alemães, portugueses, espanhóis etc, chegavam ao Brasil imbuídos dessa missão civilizadora de desenvolver o país, já que no discurso da elite, o negro, e o mestiço não adaptavam à nova mentalidade capitalista. (SEYFERTH, 1994).

O que estava sendo chamado de não desenvolvido, no entanto, era o uso da natureza e a produção territorial própria dos nativos, caboclos ou mestiços: matas em pé, campos cobertos de vegetação nativa, uso consorciado do solo, vegetais domesticados e nativos, ou seja, a produção de subsistência.

[...] a marca do espírito empreendedor do imigrante revelou-se no desbravamento das matas e formação de lavouras, na construção de estradas, escolas, capelas e cemitérios, na constituição de povoados que depois se transformariam em vilas. (...) **Diversos lugares que antes da chegada dos imigrantes eram cobertos por extensas matas, despovoados e improdutivos, foram transformados em núcleos prósperos, e, na década**

¹³ Não por simples pudor, ou “dor moral”, mas muito em razão do atendimento às demandas advindas do capitalismo de relações já altamente internacionalizada, que necessitava de força de trabalho livre e assalariada.

¹⁴ Para maior aprofundamento consultar SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1 ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

¹⁵ A Lei de Terras de 1850 havia impedido que negros alforriados pudessem adquirir a propriedade privada da terra.

¹⁶ É preciso ter em mente que neste modelo de meia dúzia de possuídos brancos e uma multidão de despossuídos negros, indígenas, caboclos, mestiços, a população brasileira até o século XIX era absurdamente em sua maioria composta de negros e pardos.

de 1920, já estavam dotados de luz elétrica, casas comerciais, pequenas indústrias, escolas, cinemas”. (COLBARI, 1977, p. 63). (grifo meu).

Colbari (1977) serve como exemplo da existência de um conjunto de análises e interpretações desta questão que apenas contribuem para reforçar os estereótipos da natureza que é produzida pelo outro.

Partindo-se do pressuposto de que a religião possui um papel fundamental em “moldar” nosso olhar para o mundo, ao no dotar de valores morais religiosos como se fossem universais para todos os povos, ou seja, uma apreensão do que seria certo e errado, muito com base no que diz a “verdade divina”, ao passo que condena o que seria a “mentira pagã”. Assim, mesmo que inconscientemente, olhamos para a cultura do outro com estes esquemas.

Associado à força da religião dominante neste processo, é preciso pontuar o papel desempenhado pelas Ciências Sociais, no seio do Estado, já no curso do século XX. Castro-Gómes (2005) vê na formação dos Estados nacionais e na consolidação do colonialismo como base do que Habermas chama de “projeto da modernidade”. Por meio da governa-mentalidade há a tentativa de controlar a vida inteira sob a direção segura do conhecimento. Busca-se a expulsão da concepção acerca da centralidade da participação divina-mágica sobre os acontecimentos e centra-se tudo na razão do homem, no controle da natureza a partir da técnica e da ciência, cujo profeta foi Francis Bacon¹⁷.

Conhecer para submeter e controlar é princípio básico para o domínio de alguns homens sobre outros homens e a natureza. Max Weber entendeu esta racionalização do ocidente enquanto “desencantamento” do mundo, que tira o encanto, a emoção, o inexplicável, o não-racional, o mágico, o poético. No entanto, como já demarcado em outros momentos deste texto, não é possível falar deste projeto da modernidade sem falar das funções e papéis do Estado enquanto instância central. Trata-se do *lócus*, por excelência, da regulamentação dos processos de desencantamento e desmagicalização do mundo. Precisa agir para canalizar os desejos, os interesses e as emoções, por vezes múltiplas, e por que não dispersas, para, em contrapartida, direcioná-los à criação de metas coletivas, no intuito de constituir justamente uma identidade cultural coletiva. Utiliza para tal, portanto, dentro outros expedientes, a violência para assegurar e garantir o cumprimento disto. Ou seja, a necessidade de ajustar a sociedade ao projeto de sociedade pretendido, levou o Estado a normatizar valores e práticas sociais através dos aparelhos ideológicos e repressivos calcados na modernização.

Do mesmo modo que tanto ajudou a produzir esta realidade, as Ciências Sociais, de acordo com Castro-Gómes (2005) tem um importante papel na sua (re)construção a partir de sentidos outros. O fim desta modernidade precisa ser entendido enquanto uma nova configuração das relações mundiais de poder, que não seja baseada na repressão, mas sim na produção das diferenças. Neste instante, se faz jus a discussão e apresentação, por parte de Castro-Gómes (2005) de uma teoria crítica da sociedade em tempos de globalização, que tem sido o *lócus* de uma síntese coletiva não democrática, é bom que se diga.

Para que se estabeleça um avanço mais significativo neste modo com que se (re)conhece a natureza produzida pelos diversidade social brasileira, uma característica muito marcante deste país, há de se realizar, por exemplo, de acordo com José Otávio Catafesto de Souza¹⁸ (2017), um reconhecimento oficial da autonomia e da sabedoria dos povos originários

¹⁷ Francis Bacon, 1º. Visconde de Alban, também referido como Bacon de Verulâmio (Londres, 22 de janeiro de 1561 — Londres, 9 de abril de 1626) foi um político, filósofo, cientista, ensaísta inglês, barão de Verulam (ou Verulamo ou ainda Verulâmio) e visconde de Saint Alban. É considerado como o fundador da ciência moderna.

¹⁸ Etnoarqueólogo, pesquisador e professor interessado por temas relacionados às questões dos povos originários do Mercosul. É formado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde também

e uma reorientação do projeto (inter)nacional brasileiro, no sentido justamente da promoção de uma relação interna intercultural com o diverso. Em paralelo ao conjunto de políticas territoriais e não-territoriais sistemáticas, que já vinham sendo produzidas em razão dos avanços pós-1988¹⁹, faz-se necessário fisgar a atenção dos jovens e instigá-los ao (re)conhecimento da riqueza presente no universo indígena por intermédio das escolas, por exemplo.

Ainda em acordo com Catafesto de Souza (2017) é preciso uma ampla sensibilização no sentido de levar parcela considerável da população brasileira ao entendimento de que o suposto primitivismo dos ameríndios esconde sabedorias em termos de harmonia na educação das crianças, de respeito aos mais velhos, de preocupação espiritual na utilização dos recursos do mundo, dentre outras tantas contribuições culturais, que correspondem às ideias de igualdade social, coletivismo e ecologia, que pautam nossas democracias liberais contemporâneas.

Considerações finais

Neste artigo buscou-se realizar uma discussão acerca da produção da natureza na fronteira. Após abordar a relação entre homem e natureza, e o conjunto de acepções que se fazem desta questão na Geografia, teve-se para o enfoque fronteiriço deste processo, uma vez que as sociedades são múltiplas e há um permanente confronto entre suas filosofias distintas da natureza, que se expressam em disputas territoriais. A partir deste enquadramento da questão percebe-se que os conflitos territoriais possuem um fundamento nas diferentes significações *para si* que os grupos sociais fazem da natureza em que se inserem, mediante, sobretudo, o seu modo de produzir e o estágio que se encontram historicamente neste processo, no quadro de seu tempo-espaço.

Deste modo, o processo de trabalho destaca-se como elemento central de análise, uma vez que revela a organização das relações de produção e a ação humana objetiva sobre a natureza. Alienada ou não-alienada, unidade ou diferenciação, mágica ou racional, a título de exemplo, ambas são condições que se situam no núcleo de conformação da forma como determinada sociedade se vê e se relaciona com a natureza e assim se (re)produz territorialmente.

O (des)encontro de concepções de natureza tão distintas na conquista da América, Ásia e África e pela sociedade ocidental europeia, produziu e tem produzido uma série de conflitos que se expressam em sua dimensão territorial, no que tange a questão das fronteiras e dos seus (des)limites (des)estabelecidos. Na fronteira, a natureza produzida pelo outro é vista pelos “modernos e produtivos” ocidentais, como rústica e atrasada. No fundo, revelam-

realizou mestrado e doutorado em Antropologia Social. Atua como professor adjunto na mesma universidade, onde coordena o Laboratório de Arqueologia e Etnologia – LAE, que desenvolve projetos de pesquisa sobre Territorialidade Mbyá-Guarani, Etnoarqueologia Ameríndia e Quilombola e Avaliação dos Impactos de Projetos de Desenvolvimento sobre coletivos rurais.

¹⁹ Ano em que, em razão da aprovação do novo texto constitucional, ficou reconhecido como o momento passou a abandonar, a cada vez mais, o paradigma assimilacionista, onde os grupos culturais minoritários tinham de assimilar a cultural ocidental dominante, tornando-se semelhante ao grupo dominante, via processo de deculturação, no qual os membros pertencentes à cultura minoritária esquecem os traços da cultura de origem, adquirindo os da cultura dominante. Ao mesmo tempo, houve a adoção de um novo padrão de comportamento do Estado em relação aos povos tradicionais instaurado com a promulgação da Carta Constitucional de 1998, que passou a atuar para assegurar os direitos sociais dos povos indígenas, instituindo processos administrativos para assegurar os direitos dessas coletividades. (OLIVEIRA e PEREIRA, 2010).

se simplesmente diferentes. São decorrentes, tão somente, de outra lógica, como já defendido: outra filosofia da natureza.

No caso dos espaços de fronteira que foram trazidos para o debate, a nossa singularidade espaço-temporal nos dá a possibilidade de produzir, sendo protagonistas, uma outra estória. Caso haja esforço conjunto e sistematizado no sentido de uma ampla sensibilização, é possível provocar na população brasileira ao entendimento de que o suposto primitivismo dos ameríndios esconde contribuições culturais que correspondem às ideias de igualdade social, coletivismo e ecologia, que pautam nossas democracias liberais contemporâneas.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ANGIONI, Lucas. A filosofia da natureza de Aristóteles. In: **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v. 28, p. 5-16, jan./jun. de 2004.

CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio. O caso da Tekoá Pindó Poty. In: SANTOS, Maria Cristina dos. **Protagonismo ameríndio de ontem e hoje**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

CASTRO-GÓMES, Santiago. **Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In: LANDER, Edgard (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires. Clacso, 2005, p. 169-186.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 2001.

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Marx e a natureza em o Capital**. São Paulo: Loyola, 1986.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo, Nova Cultural. 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo Editorial (tradução), 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Editora Brasiliensis, 1981.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O que é geografia**. 2ª. Edição, revista e atualizada. 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Valor, natureza e patrimônio natural. In: **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v. 28, p. 107-120, jan. /jun. de 2004.

NAXARA, Márcia R. C. **Estrangeiro em sua Própria Terra**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: Aguiar, Rodrigo Luiz Simas de. e cols. **Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica**. Dourados/MS: Editora UFGD, 2010.

PEREIRA, Diamantino; SANTOS, Douglas; CARVALHO, Marcos de. A invenção do espaço brasileiro. In: **Geografia: ciência do espaço, o espaço brasileiro**. São Paulo: Atual, 1988.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Org.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 09-15.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritez. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1 ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 103-122.

Nota biográfica:

Bruno Ferreira Campos

Bacharel em Gestão Ambiental e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Doutor em Geografia - Universidade Federal da Grande Dourados.

Atualmente atua como professor substituto no curso de Geografia/FCH/UFGD Endereço: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12 - Unidade II | Caixa Postal: 364 | CEP: 79.804-E-mail: brunofcampos625@hotmail.com

Artigo recebido em 22-01-2020

Artigo aceito para publicação em 15-03-2020